9 - Moção 91/2017 - Deputado Campos Machado - (CON-CLUSIVA) Aplaude ao ilustre empresário Odílio Querino Bergamini, por sua brilhante trajetória de vida, incansável espírito empreendedor e notável atuação profissional, de grande relevância para o fortalecimento da economia paulista. - Deputado Cezinha de Madureira - favorável à Moção, na forma do substitutivo proposto.

10 - Moção 96/2017 - Deputado Campos Machado - (CON-CLUSIVA) Aplaude o Sr. Washington Umberto Cinel pela sua brilhante trajetória de vida, pelo exemplo de empresário, contribuindo para a geração de empregos em nosso Estado. - Deputado Sebastião Santos - favoráve

11 - Moção 112/2017 - Deputado Marco Vinholi - (CON-CLUSIVA) Apela para Sr. Presidente da República a fim de que determine ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a adoção de providências objetivando a inclusão da cebola na Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum - LETEC. - Deputado José Zico Prado - favorável

Item 12 - Indicação de um novo representante para a Comissão Gestora do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - PPAIS, em atendimento ao inciso XIII do artigo 3º da Lei Estadual n.º 14.591/2011 e ao Ofício GSJDC 60/2018, da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania

Para ciência:

- Ofício recebido da Câmara Municipal de Cunha, comunicando a alteração na data do aniversário do município, que passa a ser comemorado no dia 19 de março.

- Ofício recebido da Câmara Municipal de São José do Rio Pardo, encaminhando cópia do requerimento n.º 85/2018, aprovado naquela edilidade, abordando a possiblidade de discussão de alterações nos procedimentos de arrecadação de ICMS em relação a municípios do interior.

## **Debates**

6 DE MARCO DE 2018 19<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

> Presidentes: DOUTOR ULYSSES e CAUÊ MACRIS Secretário: CARLOS NEDER

## **RESUMO**

PEOUENO EXPEDIENTE

1 - DOUTOR ULYSSES

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS NEDER

Declara apoio ao PLC 1/18, que trata da reposição das perdas salariais dos servidores estaduais. Destaca a necessidade da criação de CPI, nesta Casa, para investigar denúncias de irregularidades em contratos de organizações sociais na área da Saúde.

3 - CORONEL CAMILO

Repudia decisão da concessionária Ecovias, de coibir o anúncio de placas reivindicativas das Associações dos Oficiais da Polícia Militar por reajuste salarial, em rodovia estadual. Considera ser a medida uma agressão à liberdade

4 - VITOR SAPIFNZA

Critica decisão da Secretaria da Fazenda de mudanças no modelo de doação da nota fiscal paulista para entidades filantrópicas. Discorda dos motivos do veto ao projeto apresentado pelo deputado Jorge Caruso que visa garantir às entidades sociais cadastrar a nota fiscal doada pelo consumidor paulista.

5 - PAULO CORREA JR

Para comunicação, anuncia a presenca da cantora gospel Vanilda Bordiere, e dos vereadores à Câmara de Itaí, Laka

6 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES

Dá boas-vindas aos visitantes anunciados pelo deputado

Paulo Correa Jr. 7 - CARLOS GIANNAZI

Saúda os servidores presentes nas galerias que reivindicam a aprovação do PLC 1/18, com emendas que aumentam os percentuais de reajuste propostos para o funcionalismo público estadual. Aponta que a Escola Estadual Érico de Abreu Sodré, da cidade de São Paulo, conta apenas com um agente de organização escolar, o que, a seu ver, inviabiliza o funcionamento da unidade de ensino. Considera insuficiente o aumento salarial proposto pelo Governo aos agentes de organização escolar, que, adiciona, é menor que o fixado para outras categorias.

8 - MARCO VINHOLI

Parabeniza a cidade de Pirangi pelos seus 83 anos. Discorre sobre a CPI da Citricultura, que investigara os cartéis da indústria da laranja no Estado. Solicita cópia da decisão do Cade - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - sobre o assunto, para posterior elaboração de propositura com a finalidade de reparar danos aos pequenos produtores do setor prejudicados pelos cartéis.

9 - MARCO VINHOLI

Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças

10 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES

Defere o pedido e suspende a sessão às 15h05min. 11 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h35min.

Convoca os Srs. Denutados extraordinárias a serem realizadas hoje, a primeira às 19 horas e a segunda dez minutos após o término da anterior. 12 - CAMPOS MACHADO

Para comunicação, pede esclarecimentos sobre a pauta das sessões extraordinárias convocadas.

13 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Informa que ambas seriam destinadas a apreciar o PLC 25/17.

14 - ALENCAR SANTANA BRAGA

Pelo art. 82, discorre sobre desentendimentos existentes, a seu ver, entre representantes do governo estadual nesta Casa e no Poder Executivo. Mostra-se favorável à instituição de alíquota igual de reajuste para todos os servidores públicos. Defende a inclusão, no PLC 1/18, de categorias atualmente não contempladas. Critica o andamento do julgamento do ex-presidente Lula. Diz que o processo denota parcialidade da Justiça brasileira. Faz críticas ao PSDB. Defende a eleição de Lula para a Presidência da República.

15 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Solicita comportamento regimental dos presentes às galerias

16 - CAMPOS MACHADO

Pelo art. 82, faz críticas ao presidente Cauê Macris por decisões relacionadas à Ordem do Dia desta Casa. Cobra resposta de questão de ordem por ele apresentada 17 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, defende a apreciação de proposições que visam à reposição salarial para servidores públicos do Estado e à valorização dos profissionais do Ministério Público estadual. Discorre sobre irregularidades nos gastos de compra e instalação de placas nas Etecs. Mostra foto de uma das sinalizações, segundo ele, superfaturadas.

18 - MARCOS MARTINS

Pelo art. 82, reprova a morosidade desta Casa para votar projetos de interesse do funcionalismo público. Critica o governo estadual. Informa que solicitou convocação do superintendente do lamspe para prestar esclarecimentos sobre o funcionamento da instituição. Lista requerimentos de esclarecimento sobre problemas em hospitais estaduais cuja apreciação pelas comissões, a seu ver, está demorada. 19 - CORONEL TELHADA

Para comunicação, defende a apreciação da PEC 5/16. Faz apelo ao presidente Cauê Macris para que seja colocado em votação o PLC 1/18, relativo a reajuste salarial de funcionários públicos.

20 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Comunica que o projeto de reajuste está em tramitação nas comissões e que está tomando medidas para a celeridade dos procedimentos relativos a ele. Comprometese a pautar o PLC 1/18 na próxima semana. Destaca que o reajuste previsto pela proposição é retroativo a primeiro de fevereiro. Solicita comportamento regimental dos visitantes. presentes às galerias. Lê artigo do Regimento Interno desta Casa acerca do tema

21 - CORONEL TELHADA

Para comunicação, relata comprometimento do líder do Governo, deputado Barros Munhoz, em pautar o PLC 1/18 antes da emissão das novas folhas de pagamento do Estado. Reitera apelos ao presidente Cauê Macris para apreciação da proposição.

22 - CAMPOS MACHADO

Para comunicação, faz críticas ao pronunciamento do deputado Coronel Telhada e do presidente Cauê Macris acerca das atitudes das lideranças parlamentares desta Casa no Colégio de Líderes

23 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, defende a possibilidade de manifestação democrática dos visitantes desta Casa. Mostra-se solidário às reivindicações desses cidadãos. Critica o autoritarismo do dispositivo do Regimento Interno lido pelo presidente Cauê Macris.

24 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Diz que usará quaisquer medidas que julgar necessárias

para manutenção da ordem nesta Casa. 25 - SERASTIÃO SANTOS

Pelo art. 82. discorre sobre leis, aprovadas por esta Casa que concedem o caráter de município de interesse turístico a diversas cidades paulistas. Fala sobre os benefícios gerados para as localidades contempladas. Defende o monitoramento da medida com a finalidade de oferecer novas concessões a municípios com necessidade de recursos, a exemplo da cidade de Pedrinhas Paulista, que passou por incêndio recente em prédio público.

26 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Coloca em votação e declara aprovados requerimentos de constituição de comissão de representação: do deputado Carlos Bezerra Jr., com a finalidade de participar, como palestrante, da audiência pública intitulada "O compartilhamento de experiências entre São Paulo e Roraima sobre a acolhida a migrantes e refugiados", a realizar-se no dia 7/03, em Boa Vista, Roraima; do deputado Itamar Borges, para participar da reunião de diretoria e lançamento da XXII CNLE, no dia 13/03, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul; da deputada Maria Lúcia Amary, com a finalidade de participar do 12º Seminário Nacional Viver Mulher da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade - Contratuh, a realizar-se nos dias 21 e 22/03, em Belo Horizonte, Minas Gerais: e do deputado Itamar Borges, para participar da reunião de diretoria e lançamento da XXII CNLE, nos dias 9, 10 e 11/03, em Gramado, Rio Grande do Sul.

27 - WELLINGTON MOURA

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de

28 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 7/03, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19h. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Doutor Ulysses.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Carlos Neder para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1° SECRETÁRIO – CARLOS NEDER – PT - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

## PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Carlos Neder

O SR. CARLOS NEDER - PT - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Deputadas, servidores públicos, traba dos públicos do estado de São Paulo, que estão na expectativa de que, por meio da votação do PLC 01, com base nas emendas apresentadas, haja um reconhecimento do seu trabalho e da sua importância para a implementação das políticas públicas no estado de São Paulo. Vocês têm o apoio da bancada do PT, mas sabemos que há uma enorme resistência por parte do Governo do Estado em aceitar qualquer alteração nesse projeto de lei, bem como em outros que dizem respeito a recuperação de perdas ou a ganhos salariais para o funcionalismo público.

Sr. Presidente, foi apresentado um requerimento para que tenhamos a instalação de uma CPI a fim de investigar as Organizações Sociais de Saúde. Trata-se do Requerimento no 2.928, de 2017, de autoria do deputado Edmir Chedid. Nesse documento, ele justifica a necessidade de sabermos como estão sendo gastos os recursos com as Organizações Sociais que atuam na área da Saúde e que vêm ganhando uma importância crescente na execução orçamentária do estado de São Paulo. Em razão disso, veio um ato do presidente, o Ato no 02, de 06 de fevereiro de 2018, com o seguinte teor:

"Em face do Requerimento nº 2.928, de 2017, de autoria do denutado Edmir Chedid e outros, tendo-se verificado o preenchimento dos requisitos do Art. 13, § 2º, da Constituição Estadual, esta Presidência cria, nos termos do Art. 34, § 2°, bem como do Art. 34 - A do Regimento Interno, a Comissão Parlamentar de Inquérito composta por nove membros titulares e igual número de suplentes para, no prazo de 120 dias, apurar denúncias de irregularidades nos contratos celebrados com organizações sociais da Saúde pelas prefeituras e pelo Governo do Estado de São Paulo.

Assembleia Legislativa, em 06 de fevereiro.

Publicado no Diário Oficial do Estado no dia 07 de fevereiro '

Ora, estamos hoje no dia 6 de marco. Praticamente um mês depois, não temos ainda a indicação formalizada pelos partidos políticos - exceto o Partido dos Trabalhadores - dos seus representantes para comporem esta Comissão Parlamentar de Inquérito. No caso do PT, fui indicado como membro efetivo e o

deputado José Américo será o suplente. Entretanto, já vimos nessa Assembleia, inclusive recentemente. CPIs que denominei de "CPIs Fantasmas", que teoricamente foram criadas, mas não chegaram a ser instaladas ou, quando instaladas, demoraram um tempo enorme para definição de guem iria presidi-la ou cumprir a responsabilidade pela relatoria.

Não queremos que, mais uma vez, a Assembleia Legislativa de São Paulo passe pela vergonha de criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito que não é instalada e que não investiga absolutamente nada. É uma das prerrogativas do Parlamento Estadual a criação de Comissões Parlamentares de Inquérito e por meio delas devemos fiscalizar as ações do Poder Executivo, sobretudo quando entidades privadas fazem a gestão das políticas públicas, usando verbas públicas de acordo com seus próprios interesses

O deputado Edmir Chedid apresentou essa proposta no contexto, inclusive, de denúncias feitas na região de Campinas, em relação ao Hospital Ouro Verde. São muitas as matérias que estão na imprensa relacionadas a problemas que foram denunciados, relativos à participação de uma determinada Organização Social na gestão do Hospital Ouro Verde, na região de Campinas, sem que tenhamos uma investigação levada adiante por organismos próprios da Assembleia Legislativa, como é o caso do NAE - Núcleo de Ações Estratégicas. Digo de passagem, inclusive, que fui contra a criação do NAE por entender que esse tipo de denúncia deve ser investigado por Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente, solicito que cópia deste pronunciamento seja encaminhada ao deputado Cauê Macris, presidente desse Parlamento, para que os partidos indiquem seus representantes na CPI.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - O pedido de V. Exa. é regimental e será prontamente atendido.

Tem a palayra o nobre deputado Coronel Camilo

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Boa tarde, Sr. Presidente Doutor Ulysses, nosso professor Vitor Sapienza, boa tarde a todos os que nos acompanham das galerias, aos nossos funcionários e aos telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia.

Hoje, vou falar rapidamente sobre um fato muito grave Vou falar de uma agressão à liberdade de expressão.

Sabemos que o Governo do Estado de São Paulo tem deixado muito a desejar com relação à questão salarial. (Manifestação nas galerias.) Sabemos que muitos estão brigando por reposição salarial.

Só nesta Casa, neste momento, há três projetos: o Projeto nº 1, que dá o reajuste ao funcionalismo da Segurança, Educação e Saúde: o Projeto nº 2, que é um bônus para aqueles que ficaram abaixo... Alguns salários do estado de São Paulo são tão ruins que estão abaixo do mínimo permitido. Então, é preciso fazer uma lei para dar um bônus. Esse é o Projeto nº 2. E há o Projeto nº 25, que passa a ideia, na minha visão, de uma coisa que não deveria acontecer, uma forma de extrapolar o teto do estado.

Eu estou aqui brigando por tudo isso e também pela PEC nº 5, um trabalho que temos feito para tornar justo para todo mundo: tanto para os que estão no início como no fim da

Mas vamos falar sobre a agressão à liberdade de expressão.

Sabendo disso, a Associação dos Oficiais da Polícia Militar. o Sindicato dos Delegados da Polícia Civil e uma associação chamada Defenda PM tem colocado "outdors" no estado de São Paulo para chamar a atenção da população sobre a não valorização do Governo estadual para com o seu funcionalismo. seu principal ente. Não podemos esquecer que se o Governo está bem hoje é por causa do funcionário. Pode fazer a crítica que for, mas guem toca o estado é o funcionário, é o colaborador. Ele precisa ser reconhecido.

Estamos vendo esta placa que foi colocada numa via e a Ecovias não gostou.

O que diz a placa?

'Sr. Governador, três anos sem aumento salarial. A Polícia Militar merece mais." Até aí tudo bem. Mas onde está a agressão à liberdade de

expressão? A Ecovias, que pertence à Secretaria de Transportes, fez

uma notificação extrajudicial à associação Defenda PM para tirar esse cartaz.

O que ela diz?

Que o cartaz agride o disposto no Art. 12. da Lei 8900/94. que reza que "os anúncios deverão ser redigidos em vernáculo que não conterão expressões ou desenhos atentatórios à moral aos bons costumes e à ordem pública."

Eu queria que a Ecovias e o nosso secretário de Transportes dissessem onde estão no cartaz palavras que atentem contra a moral, os bons costumes e a ordem pública! Onde está expresso algum desrespeito, inclusive trata o senhor governador por Sr. Governador.

É uma agressão à liberdade de expressão

Fiz um requerimento à Comissão de Transportes indagando por que a Ecovias está se manifestando e diga onde está a agressão aos bons costumes.

Estou interpelando também o secretário de Transportes para saber por que a Ecovias, uma concessionária da área privada, que não tem nada a ver com o Governo, está entrando no mérito de uma placa feita por uma associação da PM. E se tem alguma orientação do secretário de Transportes para que isso fosse feito. E encerro desta forma: agressão, senhor governador, não é dizer que a Polícia merece mais.

Agressão é esse salário ridículo da Polícia Militar, da Polícia Civil e do funcionário de São Paulo. (Manifestação das galerias.) O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra

o nobre deputado Vitor Sapienza.

O SR. VITOR SAPIENZA - PPS - Sr. Presidente, minhas senhoras e meus senhores, colegas, público que nos acompanha pela TV Assembleia SP, há pessoas que exercem uma atividade e de repente são quindados a trabalhar no Governo. E quando vão para o Governo, muitas vezes perdem toda nocão da realidade. Eles se deixam levar pelo que está acontecendo no Governo e perdem totalmente o contato com o que está acontecendo do lado de fora. Digo isso para abordar algo chamado Nota Fiscal Paulista.

O deputado Caruso convocou o pessoal para um tipo de protesto com referência a uma exigência absurda por parte da Secretaria da Fazenda. E guando eu digo que o burocrata muitas vezes é mais "burrocrata" do que burocrata é porque eu acho que algumas decisões da assessoria do governador Geraldo Alckmin cheiram muito mais a "burrocrática" do que propriamente burocrática.

Dentro desse contexto o deputado Jorge Caruso apresen tou um projeto, que teve apoio unânime, no sentido da disciplina da chamada Nota Fiscal Paulista - e com uma surpresa tão grande - que diz o seguinte: uma das razões que levaram o governador a vetar foi que num universo paulista de aproximadamente 20 milhões de contribuintes, quatro mil apoiaram; não foram quatro milhões, mas quatro mil. O que são quatro mil, diante de uma realidade da Nota Fiscal Paulista?

Todo mundo sabe muito bem que, com essa crise atual, as entidades filantrópicas estão matando cachorro a grito. Só este deputado recebe, por mês, no mínimo, 15 ou 20 cartas pedindo auxílio. E, de repente, o senhor secretário da Fazenda, que da minha maneira de ver - vou repetir - não é burocrata é "burrocrata" para submeter as entidades filantrópicas a essa vergonha de não poder mais promover concurso Nota Fiscal Paulista, a fim de arrumar recursos para a Apae e para as Santas Casas - não passa de um "burrocrata". Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O SR. PAULO CORREA JR - PEN - PARA COMUNICAÇÃO -Sr. Presidente, quero registrar nos anais da Casa que hoje tenho o imenso prazer de ter aqui em nosso plenário, na Tribuna de Honra, primeiramente, a minha amiga, cantora gospel de renome no nosso País, Vanilda Bordiere - por favor fique de pé. É um prazer recebê-la nesta Casa. Também receber os vereadores de Itaí, a Laka e o Tatu, que nos visitam juntamente com toda sua assessoria. É uma honra recebê-los aqui no Parlamento do Estado de São Paulo, vocês que fazem a diferença, alegrando os corações das pessoas onde passam, através das canções da nossa cantora e através do trabalho social e político que desenvolvem também ali na cidade de Itaí. Sejam bem-vindos. Esta Casa está extremamente honrada em receber a visita de todos vocês. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras Deputadas

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Esta Presidência, em nome da Assembleia Legislativa, dá as boas vindas aos nossos visitantes e deseja-lhes todo o sucesso. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi, pelo tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Doutor Ulysses, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, quero saudar todos os servidores públicos presentes hoje aqui, sobretudo os nossos colegas da Educação, nossos colegas da Apeoesp e várias entidades aqui presentes, fazendo aqui um grande movimento pela aprovação imediata do PLC nº 1, com as emendas apresentadas. Nós queremos elevar os percentuais que foram apresentados pelo governo Alckmin, que não repõem as perdas inflacionárias. Estamos nessa batalha aqui dentro da Assembleia Legislativa. Vai comecar o Colégio de Líderes e nós vamos fazer toda uma movimentação para que o projeto seja aprovado ainda hoje.

Mas eu quero fazer aqui uma grave denúncia sobre o desmonte da Educação, sobre o sucateamento da Educação estadual, patrocinado pelo governo Alckmin, pelo PSDB há muitos anos no nosso Estado. E venho fazendo isso sistematicamente aqui pela tribuna.

Quero, hoje, me referir ao caso da Escola Estadual Érico de Abreu Sodré, uma escola que fica aqui perto da Assembleia Legislativa, aqui no bairro da Saúde. É uma escola de tempo integral, só de ensino fundamental, com mais de 450 alunos. Fui procurado pela comunidade escolar, conheço a escola, já fui até lá, conversei com os professores. A situação é muito grave, e nós denunciamos aqui a falta de estrutura das escolas em tempo integral. Elas representam, no geral, depósitos de crianças e adolescentes, porque não há infraestrutura de funcionamento nessas escolas.

Já fomos ao Ministério Público, já tomamos várias providências em relação a isso, mas a situação lá é muito grave, porque só existe um único funcionário, um único servidor do Quadro de Apoio Escolar, um único agente de organização escolar para os 450 alunos. O módulo lá seria de quase seis agentes de organização escolar, e a Secretaria não toma providências. Já fizemos denúncias em relação a essa situação em várias escolas, mas sobretudo na Escola Érico de Abreu Sodré.

Então, a escola está inviabilizada, Sr. Presidente, porque ela precisa de professores, de gestão, mas também dos servidores do Quadro de Apoio Escolar, dos agentes de organização escolar. Eles são fundamentais para o funcionamento da escola, ainda mais numa escola de tempo integral, com 450 alunos. Os poucos servidores que existiam nessa escola foram embora, porque um servidor do Quadro de Apoio tem um salário de 971 reais. Ele não fica. E estão sem reajuste, tanto é que nesse projeto do governador, o PLC nº 1, ele não terá 7% de reajuste como os professores. Ele terá 3,5. É um absurdo total o que vem acontecendo com os agentes de organização escolar do estado de São Paulo. Então, foi por isso que os poucos que existiam nessa escola, e em várias outras, saíram. Muitos passam pela rede estadual e não ficam, porque as condições são extremamente precarizadas para esses servidores. São condições precárias do ponto de vista salarial, do ponto de vista funcional, do ponto de vista da jornada de trabalho, e muitas escolas ficam, na prática, inviabilizadas por conta disso. O exemplo é essa escola que, para piorar a situação, é de tempo integral.

Faco essa denúncia, Sr. Presidente, encaminhando inclusive cópias do meu pronunciamento para o governador, para o Ministério Público, para a Secretaria da Educação e para o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para que providências sejam tomadas imediatamente, porque a comunidade para a Comissão de Educação aqui da Assembleia Legislativa. Já pedimos, inclusive, a convocação do secretário Nalini para que venha depor aqui sobre vários temas da Educação. E vamos incluir esse tema também em seu depoimento, porque é grave a falta de contratação, a falta de servidores também nessa área do Quadro de Apoio.

Então, fica aqui nosso registro, nossa denúncia

Muito obrigado, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Tem a palavra

o nobre deputado Marco Vinholi. O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sr. Presidente, nobre deputado Doutor Ulysses, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, quero primeiro cumprimentar nosso município de Pirangi, do interior do Estado. nossa região, que faz amanhã 83 anos, nossa guerida Pirangi. Quero cumprimentar o prefeito Luisinho e toda a população que nos acompanha, e que é um município querido e de gente muito amiga. Hoje, queria falar sobre as notícias que saíram nos últimos dias referentes à citricultura paulista. Sabemos que no início do ano passado, depois de muito tempo, por uma iniciativa importante do deputado Barros Munhoz, esta Casa fez a CPI da Citricultura, investigando aqueles chamados "cartéis".

Ao longo de vários anos a indústria da laranja agui no estado de São Paulo, que produz duas vezes o que produz a Flórida, o maior produtor do mundo, que faz exportação de suco concentrado, foi se concentrando ao longo dos últimos anos. Aqueles produtores, assim como o meu avô, assim como tanta gente do interior paulista, foram minguando, foram perdendo suas terras, foram perdendo as suas produtividades, perdendo valores, através desse verdadeiro cartel no qual a indústria do suco de laranja se encontrou.